

Artigo

Entre a memória celebrada e a prática inviabilizada: o tropeirismo na encruzilhada da patrimonialização

Gabriel Luz de Oliveira

Recebido em: 31 de julho de 2025

Aceito em: 02 de março de 2026

Capa: Igreja Rosario dos Pretos
(Ouro Preto-MG), Pedro Lobo
(sem data).

GABRIEL LUZ DE OLIVEIRA: Doutor em História pelo PPGHIS/UFOP (linha Poder, Linguagens e Instituições). Pesquisa experiências urbanas e dinâmicas socioespaciais em cidades-patrimônio, com foco nas tensões entre preservação, direito à cidade e segregação territorial. Mestre em História pela UFOP, graduado em História (Licenciatura) pela UFOP e em Comunicação Social (Cinema e Vídeo) pelo Centro Universitário UNA. Atua na interface entre história urbana e patrimônio cultural, com interesse em disputas pelo uso do solo e na produção de imaginários sobre paisagens patrimonializadas.

Entre a memória celebrada e a prática inviabilizada: o tropeirismo na encruzilhada da patrimonialização

Gabriel Luz de Oliveira

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

<https://orcid.org/0000-0002-1357-7752>

luzgabriel@outlook.com.br

RESUMO

Palavras-chave:

Tropeirismo; Patrimônio cultural; Industrialização; Ouro Preto.

O artigo analisa a persistência do tropeirismo em Ouro Preto ao longo do século XX, compreendendo essa prática não como sobrevivência residual, mas como forma de trabalho inserida nas contradições da modernização periférica. A partir da trajetória de Agostinho Rosa da Silva, o texto investiga a coexistência entre práticas tradicionais de abastecimento, industrialização pesada e dispositivos institucionais de patrimonialização. Metodologicamente, adota-se uma abordagem ensaística e relacional, articulando depoimentos, documentos institucionais, registros fotográficos e bibliografia especializada, tratados de forma crítica e situada. Boletins institucionais do Iphan e um relatório municipal de 1981 são analisados como fontes ativas na produção de diagnósticos e enquadramentos sobre a cidade. Ao articular tropeirismo, industrialização e patrimônio, o artigo propõe uma leitura integrada das transformações urbanas e dos limites das políticas de valorização cultural em contextos marcados por desigualdades estruturais.

ABSTRACT

Keywords: Tropeirismo; Cultural heritage; Industrialization; Ouro Preto.

This article examines the persistence of tropeirismo in Ouro Preto throughout the twentieth century, understanding it not as a residual survival but as a form of labor embedded in the contradictions of peripheral modernization. Focusing on the trajectory of Agostinho Rosa da Silva, the analysis explores the coexistence of traditional supply practices, heavy industrialization,

and institutional heritage frameworks. Methodologically, the article adopts an essayistic and relational approach, combining oral testimonies, institutional documents, photographic records, and specialized literature, all treated critically and as situated sources. Institutional bulletins issued by Iphan and a municipal report from 1981 are analyzed as active agents in the production of diagnoses and urban classifications. By articulating tropeirismo, industrialization, and heritage policies, the article offers an integrated interpretation of urban transformations and the limits of cultural valorization policies in contexts marked by structural inequalities.

INTRODUÇÃO: SOBRE TROPEIROS E TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

Imagem 1. Ouro Preto, ponte Seca com o passo ao fundo, [1959]. Ouro Preto, (Minas Gerais). Autor: Marcel Gautherot (1950)¹. Fonte: Coleção Marcel Gautherot/ Instituto Moreira Salles.



1. Registro do fotógrafo franco-brasileiro Marcel Gautherot. Na fotografia, tomada nas imediações da igreja do Pilar, o que se vê é um jovem negro conduzindo muas que carregam mantimentos armazenados em cangalhas. Gautherot chegou ao Brasil em 1941 e estabeleceu conexões com instituições e figuras proeminentes, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Oscar Niemeyer. A respeito do trabalho do fotógrafo, cf., entre outros, Segala (2005).

Eu me chamo Agostinho Rosa da Silva [...]. Nasci em distrito de Ouro Preto, Santa Rita. Era tropeiro. Puxava milho, feijão, toucinho ovos, frangos, certo? Com idade assim de oito anos, já chegava em Ouro Preto. Era aquela garoinha, aquela neve fria, mas fria mesmo! Então, a gente sempre parava ali onde é a pracinha de São Francisco de Assis... Ah! Tinha um mercado ali ao lado. Pelo lado esquerdo tinha o açougue. No caminho, tinha um cafezinho também. E ali ficava cheio de tropas [...]. Ali vinha tropa de toucinho. Vinha tropa carregando milho, cachaça, lenha. Carvão, vendendo carvão [...]. A escola era difícil. A minha escola era seis quilômetros de distância. Então foi com muita dificuldade porque eu que ajudava meu pai a trabalhar [...]. Saía com meu pai tropeirando. Muitas vezes eu chegava num rancho de tropa e a gente tinha que fazer uma água com sal pra banhar os pés, pra no outro dia caminhar mais. Sol. Muito quente! Não dava pra comprar sapato. Não dava. As coisas eram difíceis...Eu tinha um cachorro que trabalhava com a tropa, e ele

2. O testemunho de Agostinho Rosa da Silva integra a coletânea *Memórias de Ouro Preto* (1993), resultante de entrevistas com moradores antigos da cidade realizadas no âmbito de um projeto institucional de registro da memória urbana vinculado ao Instituto de Artes e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto (IAC/Ufop). Os depoimentos foram colhidos e editados por pesquisadores da instituição e são aqui mobilizados como fontes de memória mediadas e historicamente situadas, não como registros factuais imediatos. Cf. Barbosa e Dornelas (1993).

3. O tropeirismo constituiu uma prática essencial de transporte e comércio de cargas no Brasil colonial e pós-Independência, articulando vastas regiões por meio de rotas que garantiam o abastecimento, a circulação de bens e a integração de territórios. Mais do que agentes econômicos, os tropeiros também exerciam funções sociais relevantes: levavam notícias, cartas, práticas culturais e saberes entre localidades distantes. Embora frequentemente associados ao sertão e à rusticidade, muitos conquistaram prestígio e fortuna, inserindo-se em redes de poder e alcançando destaque político, como revelam estudos genealógicos sobre famílias paulistas influentes. Cf. Zemella (1990).

também andava no meio do mato estropiado. Eu tinha facilidade pra aprender [...]. Quando eu apanhei uma idade, treze, quatorze anos, eu já vinha pra Ouro Preto como tropeiro sozinho. Vinha, vendia a carga, voltava [...]. A gente formava o burro de guia. O burro de guia tem que saber guiar. A gente ensina ele a trabalhar. Se ele quiser entrar numa encruzilhada à esquerda, a gente chama, ele compreende [...]. Eu fui criado em casa de capim.... [...] quentinha, muito, muito quente. Sapé [...] (Barbosa; Dornelas, 1993, p. 77–80).

O relato de Agostinho Rosa da Silva, nascido em 1931 no distrito de Santa Rita, em Ouro Preto, oferece um fragmento vívido do cotidiano de um tropeiro em plena atividade durante meados do século XX.² Seu testemunho remete a um período em que parte significativa do transporte de mercadorias no município ainda era realizada por muares – prática que, embora geralmente associada aos séculos XVII e XVIII,³ persistia de modo estruturante nas redes de abastecimento local. O trabalho tropeiro envolvia não apenas o manejo de cargas, mas também saberes acumulados na condução dos animais, a comercialização direta de produtos, a superação de longos percursos e a adaptação constante às exigências do ofício. A rotina começava de madrugada: os bichos eram equipados com cangalhas, sobre as quais se encaixavam pesadas bruacas repletas de gêneros de subsistência. Os animais seguiam por caminhos que, abertos durante o período colonial, possivelmente sobrepunham trilhas utilizadas por povos indígenas desde tempos imemoriais.

O ritmo do ciclo de abastecimento era marcado pelos cincerros e cascos, misturados aos sinos das igrejas e aos apitos industriais vindos dos fornos de fundição e das máquinas de laminação no arrabalde de Saramenha, então em processo de consolidação como polo industrial. O tropeirismo sobrevivia, portanto, em meio a um cenário urbano em transformação, no qual a lentidão das tropas convivia com a pressa dos automóveis e com a verticalização da lógica fabril. Entretanto, longe de constituir exotismo ou resíduo folclórico, os tropeiros integravam de modo decisivo a vida urbana: abasteciam pequenas vendas e despensas domésticas, forneciam lenha para os fogões, transportavam carvão, mantimentos e notícias. O tropeirismo operava no entrecruzamento entre economias locais, redes de reciprocidade e uma racionalidade que escapava à lógica do capital industrial (Lopes; Martins, 2011). Era expressão de uma sociabilidade pautada por relações de vizinhança, trocas, compadrio, confiança e saberes comunitários. Esse universo tradicional era produto de desigualdades herdadas do processo colonial, como a informalidade da posse da terra e a marginalização dos trabalhadores do campo. As localidades rurais de Ouro Preto – como Lavras Novas, Antônio Pereira, Rodrigo Silva, Cachoeira do Campo, Glaura e São Bartolomeu – dependiam diretamente dessa forma de circulação, ancorada nos corpos, nas trilhas e nos tempos das tropas.

Essa prática ancorava-se também em espaços específicos de Ouro Preto. Dois edifícios foram reiteradamente mencionados por antigos moradores: um, destinado ao pouso das tropas, localizava-se na Rua Xavier da Veiga, afastado dos eixos valorizados pelo discurso preservacionista; o outro, voltado à comercialização, foi construído no início do século XX com vocabulário eclético. Este último destoava do ideário estético promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e acabou demolido entre 1944 e 1945, sob a justificativa de “embaraçar” a contemplação da igreja de São Francisco de Assis. A correspondência entre os técnicos do órgão e o projeto elaborado por Lúcio Costa para a área revela esse intento: tratava-se de recompor um ambiente idealizado como pertencente a outro tempo – e que, possivelmente, nunca existiu –, pensado para a contemplação e a “experimentação” da igreja. O projeto previa a criação de uma praça com paisagismo, muretas e bancos, organizada para destacar a monumentalidade da igreja de São Francisco e reforçar a narrativa do colonial como símbolo de um passado exemplar. No lugar das práticas cotidianas vinculadas ao abastecimento e à circulação, instituiu-se uma paisagem concebida para o olhar (Vieira, 2019).

Mais do que um gesto pontual, a remoção do edifício fazia parte de um movimento mais amplo de transformação urbana, orientado por uma lógica que associava valor patrimonial à visibilidade monumental. Aos olhos dos visitantes, o cotidiano das tropas era frequentemente captado como parte de uma “atmosfera setecentista”, reforçando a imagem de uma cidade fora do tempo. A rusticidade dos corpos e dos equipamentos – homens descritos como “crioulos fortes”,⁴ dormindo sobre couros e arreios – alimentava uma leitura estetizada da tradição, enquanto sua função prática era, para os moradores, absolutamente ordinária e necessária. Essa dissociação entre aparência e função revela o lugar ambíguo que o tropeirismo ocupava na construção da memória urbana (Chuva, 2009; Meneses, 2006; Scifoni, 2022). Embora não se buscasse deliberadamente expurgá-lo, a leitura patrimonial dominante não permitia uma compreensão abrangente de sua vinculação ao território e às dinâmicas sociais da cidade. Em seu lugar, estabelecia-se uma apreciação superficial, condicionada pela noção de cidade-monumento – concebida como expressão estética autêntica e excepcional, associada a valores nacionais transcendentais. Como observou Márcia Sant’Anna, essa noção resultava de uma abordagem historicista e esteticizante, que privilegiava a preservação da forma e da materialidade em detrimento das práticas sociais e das contradições urbanas (Sant’Anna, 2014).

4. Expressão empregada por Dona Idália Rodrigues em seu depoimento, registrado no livro *Memórias de Ouro Preto*. Cf. Barbosa e Dornelas (1993).



Imagem 2. Mercado em Ouro Preto. [1934 a 1936]. Ouro Preto, (Minas Gerais)⁵. Autor: Erwin Scheu. Fonte: Coleção Weltsichten – Worldviews/ Deutsche Fotothek.

5. Registro fotográfico do geógrafo alemão Erwin Scheu. Na fotografia, tomada nas imediações do Mercado demolido na década de 1940, o que se vê é um conjunto de muarees reunidos em uma das laterais do edifício.

É a partir desse lugar ambíguo, em que práticas cotidianas de abastecimento coexistem com dispositivos de enquadramento patrimonial, que se organiza o percurso analítico deste artigo. A escolha de acompanhar a trajetória de Agostinho Rosa da Silva não responde a um interesse biográfico em si, mas a uma perspectiva que toma a experiência individual como operador capaz de condensar processos históricos mais amplos. Essa opção dialoga com abordagens da história social e da microanálise histórica que recusam a separação rígida entre indivíduo e estrutura, compreendendo as trajetórias como pontos de interseção entre práticas, relações de poder, formas de trabalho e regimes de visibilidade (Ginzburg, 1987; Levi, 2000; Revel, 1998; Thompson, 1987). A trajetória, nesse sentido, não é mobilizada como ilustração empírica, mas como espaço de tensão, no qual se tornam legíveis as contradições entre modos de vida tradicionais, transformações urbano-industriais e políticas de patrimonialização.

O texto articula, assim, um conjunto heterogêneo de fontes – depoimentos, documentos institucionais, registros fotográficos e bibliografia especializada – tratados não como evidências transparentes, mas como produções situadas, atravessadas por projetos políticos, disputas institucionais e silenciamentos.

6. A fundamentação teórica desta análise ancora-se na superação da “razão dualista” proposta por Francisco de Oliveira, articulando-a ao conceito de “modernização do arcaico”, de Florestan Fernandes, e à dialética da periferia de Roberto Schwarz. Sob essa perspectiva, as práticas tradicionais – como o tropeirismo em Ouro Preto – não são lidas como resíduos pré-capitalistas fadados ao desaparecimento, mas como componentes funcionais e deliberados da modernização brasileira. Nessa estrutura, o suposto “atraso” provê a base material necessária para sustentar a visibilidade monumental e o progresso técnico, revelando uma complementaridade onde o moderno se nutre e se estabiliza através do arcaico. Cf. Fernandes (1974), Oliveira (2003) e Schwarz (1990).

7. Estou me valendo da reflexão proposta por Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista*, na qual o autor contesta a ideia de que o subdesenvolvimento seria uma etapa transitória rumo à modernização. Em oposição à perspectiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que separava centro e periferia como polos distintos de desenvolvimento, Oliveira (2003, p. 28-32) argumenta que formas “não modernas” de trabalho não são resquícios do passado, mas componentes estruturais do capitalismo periférico, responsáveis por reduzir os custos de reprodução da força de trabalho. A isso chamou de “acumulação primitiva estrutural”.

Os boletins e publicações técnicas do Iphan, hoje disponíveis em formato digital, são lidos criticamente como documentos produzidos no interior de uma burocracia estatal engajada na formulação de diagnósticos e critérios de intervenção sobre a cidade, e não como descrições neutras da realidade urbana. Um procedimento semelhante orienta a análise do relatório elaborado pela Prefeitura Municipal em 1981, consultado no Arquivo Municipal, onde se encontrava reunido a outros documentos administrativos avulsos. Ainda que apresentado como instrumento técnico de levantamento e planejamento, esse relatório é tratado aqui como parte ativa do processo de enquadramento institucional das práticas e dos territórios, sendo mobilizado menos por sua precisão factual isolada e mais por sua capacidade de revelar as formas pelas quais o poder público local diagnosticava, hierarquizava e projetava intervenções sobre a cidade naquele contexto histórico. Do mesmo modo, os registros fotográficos e os testemunhos orais são considerados em sua dimensão histórica e relacional, atentos tanto ao que tornam visível quanto ao que ocultam.

Embora a bibliografia dedicada ao tropeirismo, às políticas de patrimônio e às transformações urbanas em cidades históricas seja extensa e diversificada, este artigo se insere nesse debate a partir de um recorte específico. Em diálogo com trabalhos que já apontaram a permanência de práticas tradicionais no contexto da modernização brasileira,⁶ o texto propõe enfatizar a articulação entre tropeirismo, industrialização pesada e patrimonialização, tomando a trajetória de Agostinho Rosa da Silva como operador analítico. Mais do que apresentar dados inéditos, a contribuição do artigo reside na leitura conjunta de fontes e problemas que, muitas vezes, aparecem dissociados na literatura: o trabalho tropeiro como prática viva, a industrialização periférica como processo contraditório e a patrimonialização como dispositivo que tende a estetizar práticas ainda inseridas em relações de trabalho precário. Ao aproximar esses planos, o artigo busca oferecer uma interpretação situada sobre os limites e as ambivalências das políticas de valorização cultural em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Lida a partir desse enquadramento, a persistência dessas práticas, longe de indicar a sobrevivência de um passado inerte, configurava-se como parte constitutiva da lógica contraditória do capitalismo periférico. Ao acompanhar uma dessas comitivas de tropeiros no sertão do Piauí, repórteres de *O Cruzeiro* a descreveram como um “espetáculo violento e necessário”, um “sacrifício de bichos e gentes”. Os tropeiros atuavam onde o asfalto e os caminhões não chegavam. No interior mineiro, na Amazônia ou no sertão nordestino, carregavam mantimentos, querosene, blocos de borracha, notícias e esperas (Amorim, 1964, p. 94). A modernidade, nesse contexto, não eliminava o “arcaico”: dela dependia. Enquanto a indústria mineiro-metalúrgica operava com base em redes modernas de escoamento, eram as mulas que abasteciam as casas de operários e técnicos. O tropeirismo integrava, assim, uma engrenagem invisível da acumulação, sustentada por formas tradicionais de trabalho precarizado.⁷

Em certas circunstâncias, essas práticas não apenas persistiam à margem, mas eram diretamente mobilizadas na infraestrutura da própria modernização. É possível que, em determinadas situações, a lenha para o acendimento dos altos-fornos dessas indústrias e parte das peças que as puseram em plena operação tenham sido transportadas por burros. Aliás, a construção do pequeno complexo hidrelétrico em Santo Antônio do Salto, na década de 1940 – localidade próxima do lugarejo no qual nasceu Agostinho – que viabilizou a operação da fábrica de alumínio, é também exemplar nesse sentido. A edificação do canal que conduzia água até uma das usinas ocorreu por meio de força braçal e técnicas rudimentares. O escoramento da abertura fluvial utilizou pedras das margens do rio, que eram transportadas no lombo de burros. O transporte da primeira turbina até a usina foi realizado por um caminhão atrelado a vinte juntas de bois que suportavam parte de seu peso (Alcan Alumínio do Brasil Ltda., 2000).

A implantação da fábrica de alumínio em Saramenha teve origem em 1934, a partir de um contrato firmado entre a Câmara Municipal de Ouro Preto e o empresário ítalo-brasileiro Américo Renné Giannetti, que garantiu a concessão de terras para pesquisa e exploração de bauxita, pirita, minérios de ferro e manganês no Morro do Cruzeiro e em Saramenha. Nascia ali a Eletroquímica Brasileira (Elquisa), voltada inicialmente à produção de ácidos inorgânicos. Longe de representar apenas o arrojo de um pioneiro, a constituição da usina resultou da articulação entre Estado e capital privado, voltada à construção de uma economia urbano-industrial baseada na superexploração da força de trabalho e na apropriação intensiva dos recursos naturais (Alcan Alumínio do Brasil Ltda., 2000; Diniz, 1981; Draibe, 2004; Marini, 2022).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o complexo industrial passou a produzir alumínio, em consonância com um projeto estratégico do governo federal que previa a formação de um polo aeronáutico nacional. Coube a Saramenha fornecer o metal necessário à estrutura das aeronaves, compondo um sistema que integrava ainda a Fábrica Nacional de Motores, no Rio de Janeiro, e a fábrica de aviões em Lagoa Santa, também em Minas Gerais. Contudo, a ausência de tecnologia nacional e a dependência em relação a capitais e insumos estrangeiros tornaram o empreendimento vulnerável. A produção só foi iniciada nos últimos momentos da guerra, e, já nos anos seguintes, mostrou-se inviável frente à concorrência internacional. Em 1950, o Banco do Brasil transferiu os créditos da fábrica à canadense *Aluminium Limited*, que assumiu o controle do complexo (Alcan Alumínio do Brasil Ltda., 2000; Diniz, 1981; Draibe, 2004; Marini, 2022).

Os impactos sociais e espaciais dessa industrialização foram profundos. Saramenha, até então área periférica e rural, transformou-se em zona operária marcada por precariedade habitacional e ausência de políticas urbanas estruturantes. Ainda que distantes do chamado “centro histórico”, esses territórios se tornaram centrais à economia local, produzindo fluxos populacionais, demandas por infraestrutura e dinâmicas de mercado que alteraram as formas

de habitar a cidade. A industrialização reconfigurou, assim, o território ouro-pretano, instaurando novas hierarquias e deslocando a centralidade das práticas tradicionais, sem, no entanto, eliminá-las. Como mostrava a própria movimentação de tropas para o abastecimento doméstico, o trabalho “arcaico” era funcional à engrenagem “moderna”, mesmo quando reduzido à invisibilidade social. Em plena era da eletrólise e da indústria pesada, eram ainda as mulas que transportavam lenha, alimentos e pequenos suprimentos para os operários da fábrica – elo silenciado, mas indispensável, da cadeia produtiva que sustentava o cotidiano urbano-industrial. Não se tratava, portanto, de uma transição clara entre dois mundos – um arcaico e outro industrial –, mas de uma sobreposição funcional, em que o moderno se apoiava no que pretendia substituir.

As memórias de Agostinho também iluminam a densidade simbólica, social e econômica que marcava a vida rural em Ouro Preto no século XX. Criado em Coqueiro, pequeno povoado pontilhado por capelas, Agostinho descreve uma infância e juventude marcadas pelo trabalho extenuante, pela dificuldade de acesso à escola e pela rotina dividida entre a tropa e a lida no campo. Concluiu apenas o ciclo inicial da educação básica: a distância da escola e a sobrecarga de tarefas inviabilizavam a continuidade dos estudos. Como muitos dos que partilhavam de sua condição, o saber necessário à sobrevivência era transmitido oralmente, no convívio com os mais velhos, pelos gestos do ofício, pela escuta dos cantos e das orações, pelo trato com os bichos e com a terra (Barbosa; Dornelas, 1993, p. 77–80).

A religiosidade local, embora declaradamente “católica apostólica romana”, apresentava elementos evidentes de sincretismo. As práticas devocionais descritas por Agostinho – as benzeções, a cura por raízes e ervas, os cantos durante as atividades agropastoris, as festas do Reinado de Nossa Senhora do Rosário – abordam a presença de um catolicismo popular permeado por matrizes afro-brasileiras e indígenas. “Era muito bonito... bonito mesmo!”, recordava ele, ao descrever o plantio coletivo, com enxadas em movimento e vozes em uníssono. A memória desse tempo, ainda que idealizada, se expressava como uma crítica silenciosa à lógica individualista da modernização: o povo, dizia ele, “era mais feliz” e “não tinha ambição das coisas” (Barbosa; Dornelas, 1993, p. 77–80).

A instabilidade em torno do acesso à terra atravessa toda sua narrativa. Há sinais de que sua comunidade se formou a partir de ocupações ou vínculos de agregação em antigas fazendas, provavelmente compostas por descendentes de pessoas escravizadas. A incerteza sobre a posse e o uso das terras – que ele chamava de “fazenda do ou da Bandeira” – evidencia a complexidade fundiária do mundo rural mineiro, marcado por heranças coloniais, estruturas assimétricas e formas precárias de permanência no território. A menção a fazendeiros que possuíam tropas levanta a possibilidade de que o trabalho de sua família estivesse subordinado a algum tipo de relação de dependência com esses proprietários,

embora também sugira a existência de autonomia relativa no manejo de alguns animais (Barbosa; Dornelas, 1993, p. 77–80).

Em determinado momento da vida, Agostinho deixou de atuar como tropeiro e passou a trabalhar na indústria de alumínio em Saramenha. Não explicou diretamente os motivos dessa mudança, mas é possível inferir que ela esteve relacionada às transformações estruturais que, ao longo das décadas, foram desarticulando os modos de vida tradicionais. O avanço da urbanização e da lógica industrial alterava profundamente os arranjos sociais, tornando cada vez mais difícil a sustentação das práticas anteriores. No ambiente fabril, Agostinho guardava boas lembranças: camaradagem, solidariedade e reconhecimento entre colegas. Mas também deixou registrado o custo físico e simbólico dessa transição. Após anos trabalhando junto aos fornos da metalurgia, sua visão ficou comprometida. A marca do trabalho sobre o corpo tornou-se definitiva – e talvez por isso ele jamais tenha indicado o filho para atuar naquela mesma indústria, ainda que recomendado por seus superiores. No fim dos anos 1970, já distante da tropa e da fábrica, passou a trabalhar como vigia nas dependências da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), aposentando-se no início da década seguinte (Barbosa; Dornelas, 1993, p. 77–80).

Sua trajetória, entre a lida rural, a condução das mulas e o chão da fábrica, sintetiza uma experiência de transição – não entre um passado e um futuro, mas entre formas concorrentes de organização do espaço, do trabalho e da vida. Agostinho é, nesse sentido, mais do que um informante ou um personagem: ele encarna, em sua narrativa e em sua biografia, o deslocamento de uma prática cultural ainda viva para uma condição residual, reconhecida tardiamente por um discurso patrimonial que, quando não silencia, estetiza.

PATRIMÔNIO EM TRANSIÇÃO: DO MONUMENTO À CIDADE VIVIDA

Menos de uma década após Agostinho ter assumido o posto de vigia na Ufop, os sons das mulas e a cantoria dos tropeiros nas madrugadas tornaram-se cada vez mais raros. Ouro Preto atingia o ápice de sua ressignificação simbólica, enquanto as práticas tradicionais que sustentaram seu cotidiano por séculos pareciam desaparecer. Nesse contexto, o governo de Minas Gerais – chefiado por Francelino Pereira durante a ditadura civil-militar – celebrou a elevação da cidade à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade com palavras como “iluminada”, “pródiga”, “mística” e “monumento universal”. Publicado no *Correio Braziliense*, esse vocabulário cristalizava a ideia de uma cidade exemplar, digna de figurar na lista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), título oficialmente celebrado em 5 de setembro de 1980 (Ouro Preto [...], 1980, p. 6).

A cerimônia contou com uma missa nos moldes litúrgicos do século XVIII, a repatriação dos autos de devassa da Inconfidência e um espetáculo de sinos,

fogos e discursos cívico-nacionalistas. A mensagem de João Figueiredo, último presidente da ditadura, reiterava o apego à memória heroica e ao passado colonial como fundamentos da identidade nacional (Fundação Nacional Pró-Memória; Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1980, p. 1-10). O evento reafirmava a centralidade da noção de civilização material brasileira – eixo do discurso patrimonial desde os anos 1930 – e reiterava a importância simbólica da cidade como matriz da nação, ignorando, contudo, os conflitos sociais e culturais presentes em seu cotidiano (Julião, 2009, p. 141-161).

Outros escritos da época insistiam na imagem de uma Ouro Preto atemporal, eternamente igual a si mesma, cuja “pureza” e “vocação para a eternidade” legitimavam sua consagração como patrimônio. Nesse quadro, o apagamento das práticas vivas – como o tropeirismo – era não apenas um efeito colateral, mas uma condição para a consagração monumental da cidade. Ainda assim, naquele mesmo momento, surgia uma tentativa de reinscrever certas práticas culturais na cena institucional. Tratava-se do Programa Cultural de Ouro Preto, instituído em 1979 a partir de um convênio entre Iphan, Ufop e Prefeitura. A iniciativa propunha um novo paradigma: valorizar os chamados bens culturais em sua inserção sociocultural e articular preservação com educação e desenvolvimento comunitário (Serpa, 1980). Esse deslocamento conceitual estava alinhado à reformulação em curso desde os anos 1970, quando a expressão “bem cultural” passou a designar não apenas monumentos ou objetos associados a fatos históricos memoráveis, mas também expressões representativas das práticas sociais, saberes e modos de vida de distintos grupos sociais (Guedes; Maio, 2016). A mostra inaugurada no Museu da Inconfidência – dedicada à produção artesanal de Cachoeira do Brumado – exemplificava essa proposta. Tapetes de pita, bolsas, cortinas, painéis de pedra-sabão e fotografias do processo produtivo ocupavam o mesmo espaço em que, poucos dias antes, se haviam depositado solenemente os documentos da Inconfidência (Fundação Nacional Pró-Memória; Sphan, 1980, p. 1-10).

A exposição indicava que o programa pretendia mais do que monumentalizar o passado: buscava ativar formas culturais locais, integrando-as ao trabalho da universidade e a ações de saúde, habitação, meio ambiente e artesanato. Idealizado por Aloísio Magalhães anos antes, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) servia de base conceitual para essa proposta. Magalhães, então presidente do Iphan, afirmava: “um monumento tem que ter vida, como os homens” (Secretário [...], 1980, p. 17), sinalizando a tentativa de deslocar o foco da obra para o processo, da arquitetura para a cidade vivida, das pedras para os corpos. Essa inflexão não se limitava à retórica. A reformulação institucional do campo do patrimônio, com a criação da Fundação Pró-Memória, buscava dar operacionalidade à proposta do CNRC: incorporar as expressões culturais como indicadores dinâmicos, conectados aos processos econômicos, sociais e simbólicos. Isso implicava deslocar a centralidade da forma monumental para a vivência comunitária (Fonseca, 2001, 2017; Lins, 2020; Magalhães, 2017).

8. A concepção de patrimônio cultural no Brasil não derivou exclusivamente das ideias de Mário de Andrade. Embora seu texto de 1936, encomendado por Gustavo Capanema, se destaque pela amplitude e pela inovação, o Decreto-Lei nº 25/1937 que instituiu o Iphan guarda forte similitude com a legislação francesa, em especial a Lei de 31 de dezembro de 1913 sobre monumentos históricos. Entre 1920 e 1936, circularam diferentes projetos de proteção do patrimônio, mas consolidou-se a narrativa de que o texto de Mário teria servido como síntese direta do decreto fundador. Uma leitura atenta, porém, indica que não há correspondência literal entre ambos. Enquanto Mário propunha, em chave literária, a criação do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional” (Spam) e defendia um escopo muito amplo do que deveria ser preservado – ancorado no valor artístico –, o Decreto-Lei nº 25/1937 operou por uma estratégia de indefinição ao definir o patrimônio como “de interesse nacional”, abrindo margem para reinterpretções e ajustes ao longo do tempo. A permanência do projeto de Mário no imaginário institucional do Iphan parece se relacionar justamente a essa visão abrangente, retomada em momentos de inflexão e reflexão interna, como na ascensão de Aloísio Magalhães. Ainda que não formule a categoria de patrimônio imaterial, o texto sugere a importância de saberes e fazeres e enfatiza o registro fílmico, fotográfico e sonoro de manifestações culturais, entendido como condição prática de preservação diante das limitações tecnológicas do período. Cf., entre outros: Rubino (1991).

A cidade, nesse modelo emergente, passava a ser compreendida como documento – um registro material das contradições sociais, da desigualdade e da reprodução cultural no contexto periférico do capitalismo. Era um movimento que tensionava a concepção anterior da cidade-monumento, dominante nas décadas anteriores, sobretudo no caso das cidades mineiras. O deslocamento em direção à cidade-documento, portanto, expressava uma tentativa de reconhecer essas dinâmicas como parte constitutiva do patrimônio (Meneses, 2006; Motta, 1987, 2020; Sant’Anna, 2014). Nesse novo quadro, práticas como o tropeirismo poderiam, em tese, ser reabilitadas como dimensões potentes do patrimônio cultural. Mas essa reabilitação, como se verá, não se deu sem disputas.

Se Rodrigo Melo Franco de Andrade viria a ser lembrado como o líder fundador do campo do patrimônio cultural no Brasil, Aloísio Magalhães foi alçado à posição de seu herdeiro legítimo – não como ruptura, mas como continuidade ampliada. Sua narrativa pública recorria frequentemente à figura de Mário de Andrade, buscando nele o respaldo para uma noção mais abrangente de patrimônio, ao mesmo tempo em que preservava a autoridade simbólica de doutor Rodrigo. Com isso, Aloísio evitava confrontos com seus antecessores, apresentando a si mesmo como alguém que apenas levava adiante, com os instrumentos do presente, os princípios já esboçados desde a gênese da repartição.⁸

Em entrevistas concedidas após assumir a presidência do Iphan, Magalhães reforçava essa genealogia estratégica, afirmando que desde 1936 o Instituto nascera com um conceito amplo de bem cultural. Segundo ele, Rodrigo teria dado ênfase à preservação de imóveis por imposição das circunstâncias e da fragilidade legal do período, sem jamais abandonar uma visão mais abrangente. Em suas palavras, “o grande golpe inteligente” de Rodrigo foi justamente garantir um marco normativo amplo, ainda que a atuação prática se concentrasse nos bens de pedra e cal. Assim, inscrevia-se na tradição do Instituto uma “continuidade com inflexão”, em que a mudança aparecia como fidelidade ao espírito original, não como transgressão (Magalhães, 2017).

Essa narrativa, embora eficiente como operação de memória institucional, simplificava uma trajetória marcada por disputas e disputas internas, tensionadas por clivagens regionais, conceituais e políticas. A ascensão de Magalhães ao comando do campo patrimonial é menos resultado de um giro pessoal do que de um processo de transição prolongado, com raízes nos anos 1950 e 1960, quando o modelo excessivamente centralizado e estético do Iphan começava a entrar em crise frente à aceleração da urbanização e ao ingresso do Brasil em redes internacionais de preservação (Brito, 2017; Rubino, 1991).

É nesse cenário que surgiu o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), formulado em 1973, ainda sob a gestão de Renato Soeiro, segundo dirigente da instituição após a saída de Rodrigo. Apesar de sua longa trajetória como servidor (desde 1938), Soeiro aparece, na narrativa

hegemônica, como uma figura de transição quase apagada – mero elo entre os “heroicos” e os “modernos”. No entanto, foi sob sua direção que o Iphan ampliou seu escopo, passou a atuar com maior intensidade nas esferas municipal e estadual e iniciou parcerias com organismos internacionais (Sant’Anna, 2014).

A década de 1950 já revelava os limites do modelo monumentalista frente à expansão urbana. As cidades-patrimônio tornavam-se polos de tensão entre a preservação do passado e a pressão por modernização. Ao longo dos anos 1960, o Iphan passou a integrar redes de cooperação técnica vinculadas à Unesco, que propunham alinhar a preservação cultural aos programas de desenvolvimento econômico, especialmente por meio do turismo. Foi nesse quadro que o PCH foi concebido: uma iniciativa interministerial voltada sobretudo para cidades do Nordeste, cuja premissa era associar a valorização do patrimônio à dinamização regional (Aguilar, 2006; Motta, 1987; Sant’Anna, 2014).

O programa respondia, de um lado, à necessidade de descentralizar a política patrimonial – até então fortemente concentrada no eixo Sudeste – e, de outro, às demandas de crescimento econômico e coesão territorial da ditadura. Estruturava-se sobre duas bases: a integração entre planejamento urbano e preservação, e a criação de instâncias estaduais e municipais para execução de ações locais, cabendo à esfera federal funções de coordenação e financiamento. Isso representava um deslocamento importante no campo: o Estado não mais atuava apenas sobre o monumento, mas sobre a cidade como um todo, reconfigurada como espaço turístico e polo de investimento (Sant’Anna, 2014).

Contudo, a adesão às diretrizes internacionais não implicou ruptura com os paradigmas anteriores. O repertório visual continuou baseado em uma estética idealizada, que promovia uma imagem homogênea e atemporal das cidades, mesmo quando incluía a paisagem natural como parte do conjunto protegido. Nas intervenções realizadas em Salvador e Olinda, por exemplo, buscava-se reiterar uma proximidade simbólica com o barroco mineiro, reforçando a unidade da narrativa nacional do patrimônio. Ainda que se tratasse de cidades com histórias e expressões próprias, os referenciais utilizados eram aqueles já consagrados em Minas Gerais (Sant’Anna, 2014).

Nesse sentido, o processo de internacionalização das práticas patrimoniais não significou a substituição do regime nacional por um modelo globalizado. Ao contrário, operou como uma sobreposição: à lógica da identidade nacional somou-se a do turismo cultural, sem que se eliminassem os mecanismos anteriores. A cidade histórica das décadas de 1960 e 1970 permaneceu como cidade-monumento – agora com novas funções e linguagens, mas ainda moldada por princípios que remontavam ao período Vargas. Assim, conviveram, nesse período, dois regimes de patrimonialização: um nacional, ainda hegemônico, e outro transnacional, emergente, que absorvia e rearranjava o primeiro sob a égide da diversidade cultural e da função econômica do patrimônio. (Brito, 2017; Sant’Anna, 2014).

REABILITAR AS TROPAS: PATRIMÔNIO, MODERNIZAÇÃO E OS LIMITES DE UM PROJETO

O projeto de reabilitação das tropas de muares, concebido em Ouro Preto no início da década de 1980, foi um dos desdobramentos do complexo processo de ampliação da abordagem do patrimônio cultural que vinha se consolidando desde os anos 1960. Inspirado pelas diretrizes do CNRC, adotou metodologias sistemáticas de inventário e documentação das atividades ligadas às tropas, ao passo que herdava, do PCH, a capacidade de articular ações entre os poderes municipal, estadual e federal. No contexto do Programa Cultural de Ouro Preto, essas atividades tradicionais eram compreendidas como expressões fundamentais da diversidade cultural brasileira.

A proposta não implicava um retorno idealizado a formas de vida pretéritas, mas buscava articular práticas tradicionais e processos da sociedade urbano-industrial em um equilíbrio dinâmico, capaz de responder às necessidades concretas das comunidades locais. Ao propor que esse repertório cultural fosse ativado em meio ao cotidiano – e não apenas cristalizado em museus e exposições –, o projeto contrastava com a lógica dominante da patrimonialização centrada em objetos fixos e espaços cerimoniais.

Segundo o Iphan, o objetivo central era melhorar as condições de comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e artesanais na região de Ouro Preto. Paralelamente, pretendia-se constituir um acervo de referências culturais e estabelecer bases para replicar o experimento em outros núcleos do município. Para tanto, foram formuladas ações diversificadas: levantamento territorial e cartográfico, diagnósticos econômicos sobre o uso da terra, identificação de propriedades produtivas e mapeamento de alternativas de circulação e comercialização de bens associados às práticas tropeiras. O intuito era articular os aspectos econômicos, sociais e culturais do tropeirismo, rompendo com a ideia de patrimônio como mero repertório fixo de tradições (Fundação Nacional Pró-memória; Sphan, 1980; Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

Entre as ações propostas, destacavam-se a restauração do antigo mercado municipal, a reabilitação das estradas vicinais que conectavam distritos e comunidades à sede municipal, a prospecção de novos caminhos que pudessem dinamizar a atividade tropeira, e a produção de documentação audiovisual sobre o cotidiano das tropas, os processos produtivos e as dinâmicas comerciais e tecnológicas locais. Também estava prevista uma avaliação contínua dos efeitos do projeto junto a consumidores, produtores e artesãos (Fundação Nacional Pró-memória; Sphan, 1980; Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

Em relação às tropas e aos tropeiros, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas realizadas nas ruas de Ouro Preto. De acordo com o Relatório da Prefeitura de Ouro Preto (1981), a maioria dos entrevistados reagiu positivamente à proposta de reativação do mercado municipal – com exceção de um antigo tropeiro que já havia migrado para o transporte em automóvel

e comercializava hortifrutigranjeiros nas proximidades da igreja do Rosário. A equipe conversou, sobretudo, com pessoas que transportavam lenha e carvão, apontados como os únicos produtos ainda economicamente viáveis no transporte por animais. Os dados indicaram a existência de mais de duzentos tropeiros atuando na região. Muitos pequenos produtores haviam abandonado o uso de burros, optando por outras atividades, pela contratação de carros de aluguel ou pela entrega direta da produção a centrais de abastecimento, com ou sem o intermédio de atravessadores (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

A leitura do Relatório (1981), produzido pela equipe técnica, permite inferir processos que não se encontram ali formulados de modo explícito, mas que atravessam o conjunto dos dados apresentados. É possível apreender, a partir de sua análise, um amplo processo de desterritorialização das práticas tradicionais, associado à perda progressiva das redes comunitárias que sustentavam sua reprodução social. O avanço de complexos industriais – especialmente ligados à mineração e à metalurgia – pode ser compreendido, em perspectiva analítica, como fator central na reconfiguração da geografia socioeconômica regional ao longo do século XX. De modo semelhante, a expansão da infraestrutura de transporte, energia e agricultura, apresentada como vetor de desenvolvimento, revela um padrão desigual de apropriação do território, no qual a concentração fundiária e o fortalecimento de oligarquias agrárias e elites agroindustriais limitaram usos comunais e subordinaram o espaço rural aos imperativos do capital. A instalação de pequenas centrais hidrelétricas, como as de Santo Antônio do Salto, ilustra esse deslocamento: ao fornecer energia às indústrias, esses empreendimentos redefiniram o uso de territórios rurais compartilhados.

A precariedade das antigas rotas também foi identificada como um fator importante para a retração do tropeirismo. A ausência de manutenção, os deslizamentos recorrentes e os trechos destruídos pelas chuvas tornaram muitas passagens intransitáveis. A malha ferroviária, inicialmente celebrada como sinal de progresso, acabou por produzir efeitos contraditórios: enquanto, em um primeiro momento, estimulava a integração regional e o crescimento de localidades como Miguel Burnier, a posterior obsolescência ou desativação de certas linhas levou à estagnação econômica e ao esvaziamento de distritos inteiros. Os entrevistados citaram, como exemplo, a ampliação da ferrovia Vitória-Minas, que rompeu trajetos importantes para as tropas sem apresentar alternativas viáveis (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

Com o avanço do rodoviarismo, a substituição do sistema ferroviário intensificou a fragmentação dos modos de vida tradicionais. O discurso desenvolvimentista que legitimava essas transformações contribuiu para o desaparecimento de práticas comunitárias consolidadas, sem oferecer garantias de inclusão nas novas formas de organização econômica. O êxodo rural impulsionado pela industrialização alterou profundamente o comércio local. Pequenas vendas e armazéns, outrora abastecidos por agricultores locais e dependentes das tropas, foram progressivamente substituídos por redes de autosserviço, que impuseram

nova lógica de abastecimento. Produtos industrializados, como açúcar refinado, leite em caixinha e enlatados, suplantaram itens tradicionais, como rapadura, toucinho e café moído na hora. A diversificação agrícola, base da subsistência das comunidades, foi substituída por monoculturas orientadas às exigências das grandes centrais de abastecimento, que priorizavam o abastecimento em larga escala e desestimulavam produções menores e mais diversas.

Embora a região ainda preservasse uma forte tradição hortifrutigranjeira, a maior parte das hortas restringia-se à subsistência. Segundo o relatório, muitos produtores haviam interrompido o cultivo para comércio. Em São Bartolomeu, destacava-se o controle fundiário exercido por um grupo industrial ligado a siderurgia, cuja administração, diferentemente de gestões anteriores, proibia o uso das terras para plantio. Sugeriu-se à prefeitura que intervisse para viabilizar o acesso à terra e que agrônomos fossem convocados para ajudar no combate a pragas – como uma que havia dizimado plantações de alho. Tropeiros e ex-tropeiros apontaram o alto custo do transporte automotivo como impeditivo para o escoamento de hortaliças e viam com bons olhos a reativação do mercado municipal, esperando dela maior qualidade, preços mais baixos e incentivo à retomada da atividade tropeira. Apesar do entusiasmo inicial, havia ceticismo. Entrevistados destacaram que, para funcionar, o mercado precisaria de infraestrutura básica, como recintos para pernoite das tropas, incentivos aos pequenos produtores e critérios transparentes para a ocupação do espaço restaurado – fosse por aluguel, venda ou arrendamento (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

O levantamento revelou, ainda, o desaparecimento quase total de artífices especializados no trabalho com couro e madeira, como fabricantes de cangas e arreios. A queda da demanda por burros aumentou significativamente o preço dos animais – chegando a Cr\$ 30.000,00, equivalente a quatro salários-mínimos da época.⁹ Sumiam também códigos, cantigas, superstições e sinais de identificação. A localidade de Guanhães, antes referência na criação de burros, havia perdido essa função. Foi sugerida a realização de visitas *in loco* para verificar a permanência de criadores remanescentes (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981).

9. Em 1981, o valor do salário-mínimo variou de Cr\$5.788,80 (janeiro a abril) a Cr\$11.928,00 (novembro e dezembro), com um valor intermediário de Cr\$8.464,80 (maio a outubro). Para estimar a média salarial do ano, adotei uma média ponderada com base nos meses de vigência de cada valor, resultando em aproximadamente Cr\$8.150,00 mensais. Assim, Cr\$30.000,00 corresponderiam a cerca de 3,7 salários-mínimos médios em 1981. Os dados foram obtidos a partir de tabelas históricas de remuneração mínima disponíveis em fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho.

Imagem 3. Mercado da rua Xavier da Veiga. [1964 a 1969]. Ouro Preto, (Minas Gerais)¹⁰. Fonte: Reprodução, Daniel Masse (2015).

10. Registro audiovisual do professor francês Daniel Masse, que lecionou na Escola de Minas na década de 1960. No fotograma, tomado nas imediações do antigo Mercado da rua Xavier da Veiga, vê-se parte do local de pouso das tropas e tropeiros que foi alvo das iniciativas do Programa Cultural de Ouro Preto.



Imagem 4. Caminho das tropas, [1981]. Ouro Preto (Minas Gerais)¹¹. Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

11. O mapa “Caminho das Tropas”, extraído do relatório produzido pela equipe técnica, retrata o percurso utilizado por tropas e tropeiros na região, tendo sido elaborado com base em entrevistas e levantamentos locais. O documento cartográfico destaca elementos como o “trecho intransitável” e registra a interação entre o caminho tradicional e infraestruturas modernas, como rodovias e ferrovias. A leitura aqui proposta enfatiza que essa sobreposição de trajetos evidencia dinâmicas espaciais marcadas pela coexistência — tensa e desigual — entre práticas tradicionais e processos de modernização.



Outro documento de 1981, produzido no âmbito do convênio entre Iphan, Ufop e Prefeitura, avaliava positivamente os resultados imediatos do Programa Cultural de Ouro Preto. A médio prazo, destacava a articulação entre universidade e poder municipal como base para um desenvolvimento regional mais integrado. A longo prazo, previa-se a construção de uma simbiose entre educação básica, ensino superior e práticas culturais locais, de forma a potencializar o desenvolvimento educacional e simbólico da região. Entre os desdobramentos do projeto, foi implementada uma iniciativa de capacitação de artífices voltada à restauração de bens imóveis, com o objetivo de recuperar técnicas tradicionais, formar novos restauradores e assegurar a continuidade de saberes ameaçados.

Contudo, um relatório posterior, redigido em 1983, registrava a descontinuidade dessas ações. O mercado reformado não foi devolvido aos tropeiros (Serpa, 1983). Inicialmente utilizado para o acolhimento de famílias desalojadas pelas chuvas de 1979-1980, o espaço acabou transformado em biblioteca pública. A tentativa de reabilitação das tropas de muares não seguiu adiante – ao menos não nos termos originalmente propostos. Esse desfecho institucional revela não apenas os entraves administrativos enfrentados pelo projeto, mas também os limites mais profundos de sua formulação e condução.

A interrupção do convênio entre Iphan, prefeitura e Ufop, em 1982, coincidiu com a morte prematura de Aloísio Magalhães, então principal articulador de uma política cultural que buscava ampliar o campo da preservação para além dos bens materiais, aproximando-o das práticas culturais e dos processos sociais em curso. Seu falecimento agravou disputas internas e acentuou tensões não resolvidas no processo de fusão entre o Iphan, o CNRC e a criação da Fundação Pró-Memória. A síntese institucional pretendida por Magalhães, baseada na articulação entre pesquisa, planejamento e preservação, não chegou a se concretizar plenamente. Na prática, a unificação provocou uma cisão interna entre os chamados “referencistas” – mais voltados à reflexão e formulação conceitual – e os técnicos de “pedra e cal”, tradicionalmente vinculados à arquitetura e à conservação material. A sobreposição de estruturas, metodologias e culturas institucionais distintas dificultou a elaboração de estratégias comuns, aprofundando as clivagens regionais e operacionais (Azevedo, 2016).

Ao mesmo tempo, as iniciativas voltadas para Ouro Preto foram impactadas pelo cenário econômico da década de 1980. A crise fiscal e a restrição de investimentos públicos, agravadas pela instabilidade inflacionária e pela dívida externa, bloquearam a alocação de recursos para a implementação efetiva ou a continuidade dos projetos.¹² Muitas das propostas formuladas naquele momento permaneceram no papel, engavetadas ou encerradas precocemente, sem que tivessem tempo hábil de maturação institucional ou ancoragem social suficiente.

Esses fatores ajudam a entender por que o projeto de reabilitação das tropas de muares não se consolidou. Como sustentar práticas tradicionais em um território onde a racionalidade urbano-industrial já havia reconfigurado intensamente os modos de vida e o uso da terra? A ausência de políticas estruturantes, somada à concentração fundiária e à expansão da mineração, inviabilizava a permanência material e simbólica das formas de vida que se buscava valorizar. O tropeirismo, como prática viva, tornava-se cada vez mais incompatível com o modelo de ocupação e desenvolvimento em curso, sendo ora descartado como resíduo improdutivo, ora reciclado como alegoria cultural.

É nesse ponto de inflexão que a trajetória de Agostinho adquire densidade analítica. Seu percurso permite compreender, a partir do vivido, os impasses entre memória e reprodução social, entre tradição e industrialização. Agostinho habitava um entrelugar: seus gestos e lembranças corporificavam a convivência entre formas de vida herdadas de um universo rural e comunitário e as novas

12. Cf., por exemplo, Furtado (1992).

estruturas impostas pela sociedade urbano-industrial. Essa coexistência, que Aloísio Magalhães descrevia como “desenvolvimento harmonioso”, encontrava limites concretos. Ao se tornar operário, Agostinho passou a integrar uma lógica marcada por rotinas regimentadas, hierarquias rígidas e pela inserção em um sistema produtivo orientado pela racionalidade instrumental. Era o desencantamento do mundo: da relativa liberdade dos caminhos de tropas à rigidez disciplinar das fábricas; do trabalho coletivo baseado na confiança mútua à impessoalidade competitiva das relações laborais.

Em suas memórias, Agostinho evocava um sonho interrompido: queria ser padre, mas a baixa escolaridade – resultado de uma infância dedicada ao trabalho no campo – impediu a realização desse desejo. Narrou as dores causadas por enfermidades sem remédio conhecido na medicina popular e a dependência dos poucos letrados da comunidade para descrever sintomas ao farmacêutico. Quando a situação era mais grave, o doente era levado em maca de madeira por seis léguas até a cidade, quase quarenta quilômetros de distância. Mencionou a quantidade de mortes causadas pela falta de informação e pelo difícil acesso aos tratamentos oferecidos pela biomedicina. Embora tivesse receio de indicar o filho para o trabalho na fábrica, tornar-se operário parecia inevitável em um contexto no qual os antigos arranjos que sustentavam a vida nas tropas haviam se desfeito. A crescente desvalorização das práticas tradicionais aprofundava essa transição, cada vez mais compulsória, ao mundo fabril: reflexo direto das transformações estruturais que se impunham. O legado dessa conjuntura pode ser percebido também nos crimes ambientais cometidos – muitas vezes disfarçados de desastres – por grandes empresas mineradoras em território mineiro. A crença de que as práticas tradicionais poderiam se sustentar por si mesmas ou adaptar-se espontaneamente às novas lógicas revelou-se ilusória. Pequenas ações estatais voltadas ao equilíbrio entre formas de vida modernas e tradicionais mostraram-se insuficientes frente à brutalidade dos processos de acumulação em curso.

O universo no qual Agostinho havia se formado foi transformado e, em parte, apropriado pelo mundo urbano-industrial, que mobilizou seletivamente suas expressões quando conveniente. Não desapareceu por completo, mas permaneceu fragmentado, convertido em repertório simbólico e cultural. Práticas religiosas de matriz rural, marcadas por devoções locais, rituais coletivos e formas não institucionalizadas de culto, foram registradas em inventários culturais e reclassificadas como expressões de valor patrimonial. As propriedades mencionadas em seu testemunho foram, em parte, identificadas e documentadas pela municipalidade como patrimônio cultural, ainda que distantes da lógica de uso comum que estruturava o mundo rural. O tropeirismo, por sua vez, encontrou lugar em museus dedicados ao ofício em diversas cidades mineiras, frequentemente glorificado como epítome do sertanejo corajoso e destemido. Como apontam Mayer e Cunha (2019), essa forma de patrimonialização tende a fixar uma imagem domesticada da prática tropeira, alinhada a interesses

de valorização turística e a discursos identitários que silenciam seus aspectos mais contraditórios. A figura do tropeiro, nesse processo, é despolitizada: abstraída das redes de dependência econômica, das hierarquias raciais, das formas de precarização e da dureza da lida cotidiana. Objetos como cangalhas, bruacas e apetrechos de montaria são expostos como relíquias de um passado admirável, mas são subtraídos de seu contexto de uso, de seus sentidos sociais e das tensões que atravessavam os caminhos e os corpos. O que se consagra, portanto, é uma memória seletiva que transforma em mito o que foi, em grande medida, uma prática de subsistência inserida nas engrenagens da desigualdade e da exploração.

Esse processo exemplifica o que Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses chamou de “cultura cólica”: uma cultura deslocada de seu contexto, higienizada, tornada objeto de contemplação passiva. Dissociada das relações sociais e do trabalho que lhe deram origem, ela se apresenta como forma anestésica e esporádica, alijada das disputas e dos conflitos que configuram sua história. Trata-se de uma cultura asséptica, contemplativa, desprovida de função crítica e política – o oposto daquilo que se esperaria do campo do patrimônio cultural (Meneses, 2012, p. 25–39).

Apesar de não ter alcançado seus objetivos imediatos, o projeto de reabilitação das tropas compôs um conjunto de experimentações que contribuíram para a formulação de um novo repertório teórico-metodológico e para o amadurecimento de um ambiente conceitual que influenciaria, nos anos seguintes, a elaboração da Constituição Federal de 1988. Essa carta incorporou uma noção ampliada de patrimônio e novos dispositivos jurídicos voltados à salvaguarda da diversidade cultural brasileira. Entre os avanços, destaca-se a consolidação de direitos fundamentais à cultura e à memória, resultado da mobilização de diversos movimentos sociais – negros, indígenas, camponeses – que lutaram pelo reconhecimento de seus saberes e práticas como parte constitutiva da identidade nacional. Ainda assim, o percurso institucional foi longo. Apenas nos anos 2000, com o Decreto nº 3.551 e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), práticas culturais não materiais passaram a integrar, oficialmente, uma política pública específica. Mas, mesmo diante desses avanços, persiste o diagnóstico de que o campo do patrimônio não tem sido capaz de enfrentar as pressões do capital. Muitas vezes, suas ações permanecem ineficazes frente às transformações territoriais e sociais impostas por interesses privados – e, não raro, atuam para respaldá-los.

ESPELHOS EMBAÇADOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre as políticas de preservação do patrimônio entre as décadas de 1960 e 1980 delineou um campo tensionado entre inovação e permanência, entre a retórica da diversidade e a rigidez das práticas institucionais. A coexistência

de regimes distintos de patrimonialização – um nacional, centrado na monumentalidade e na homogeneização estética, e outro transnacional, associado à valorização da diversidade cultural e ao turismo – não superou os impasses fundamentais da atuação do Estado nas cidades patrimonializadas. A despeito dos avanços normativos, a persistência de critérios contraditórios e de uma visão idealizada do patrimônio produziu efeitos duradouros sobre o espaço urbano, aprofundando desigualdades e contribuindo para a compartimentação do território.

Festividades, saberes e práticas culturais emergiram como formas de engajamento comunitário, ressaltando o papel das populações locais na atribuição de significados simbólicos aos bens preservados. No entanto, como advertiu Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, essa valorização frequentemente incorreu na fetichização e na estetização de manifestações esvaziadas de sua densidade histórica e social. A ambiguidade das políticas patrimoniais do período expressou-se, assim, na dissociação entre o reconhecimento simbólico e a ausência de garantias concretas de permanência, uso e reprodução dessas práticas. Apesar das diretrizes constitucionais indicarem uma visão integrada entre os patrimônios material e imaterial, as ações institucionais seguiram reforçando divisões: o imaterial passou a gozar de maior receptividade por seu potencial participativo, enquanto o material, percebido como um fardo, permanecia atrelado à primazia da imagem e a critérios formais.

Esse desequilíbrio aprofundou tensões históricas, sobretudo em cidades como Ouro Preto, onde a patrimonialização operou prioritariamente pela monumentalização do espaço urbano, relegando a segundo plano suas dinâmicas sociais e econômicas. Enquanto o sítio tombado era submetido a normas cada vez mais rígidas, áreas periféricas, como Saramenha, expandiam-se sem infraestrutura adequada ou reconhecimento institucional. A preservação, nesse contexto, funcionava como instrumento de reprodução das desigualdades, instrumentalizando o passado como recurso visual e econômico, sem enfrentar os conflitos estruturais que configuram a cidade.

A figura de Agostinho emerge, então, não como um símbolo de resistência nostálgica, mas como testemunho das contradições desse processo. Sua trajetória, marcada pela transição do universo das tropas à fábrica de alumínio, permite compreender os limites da valorização cultural dissociada de garantias materiais de existência. No tempo em que vivi em Ouro Preto, não vi tropas ou tropeiros. Ainda assim, sei que existem. O tropeirismo, tal como persiste em Ouro Preto – hoje restrito a práticas como o transporte de lenha – não é um vestígio do passado, mas expressão de um presente marcado por desigualdades estruturais. Sua permanência, ao contrário do que sugerem as retóricas da tradição, não se deve puramente à força da memória ou à preservação espontânea, mas à ausência de alternativas. Reduzi-lo à condição de herança cultural é ignorar a gramática da escassez que sustenta sua continuidade. Patrimonializar essas práticas sem enfrentá-las como trabalho precário, sem considerar as condições materiais

que as mantêm em curso, significa estetizar a desigualdade. O que se apresenta como continuidade cultural é, com frequência, a repetição das carências: a lenha, o lombo do burro, o gesto ancestral – tudo reaparece como beleza, quando o que está em jogo é a falta de energia, de renda, de reconhecimento.

Ainda assim, é nesse mesmo entrechoque de tempos que pode emergir uma outra potência. Quando práticas como o tropeirismo são tratadas não como curiosidade folclórica, mas como índice de uma história social em disputa, abrem-se possibilidades de transformação. Ao deslocar o olhar da imagem para a condição, da forma para o conflito, o campo do patrimônio cultural pode deixar de ser espelho embaçado e tornar-se campo de disputa viva. Para isso, é preciso recusar a separação artificial entre o imaterial e o material, entre o cultural e o político, e assumir que não há preservação legítima sem justiça social. O desafio não está apenas em reconhecer as tradições, mas em disputar os sentidos de sua permanência: o que continua, para quem, a que custo e com que futuro?

Como se despedir desses caminhos percorridos? Talvez lembrando do ornitorrinco de Francisco de Oliveira (2003) – essa criatura disforme, em que coexistem características díspares sem que isso componha um sistema coerente. O ornitorrinco é o Brasil que não é mais “subdesenvolvido”, mas também não é plenamente “desenvolvido”; que combina indústria de ponta e lenha para cozinhar; políticas culturais avançadas e reprodução ampliada da desigualdade. No capitalismo contemporâneo, não há mais fronteiras rígidas entre o arcaico e o moderno. O que há é uma estrutura capaz de absorver formas pretensamente residuais e colocá-las a serviço da acumulação. As relações de produção tradicionais, longe de desaparecerem, são incorporadas seletivamente pelo sistema, reforçando as disparidades e os desafios de uma sociedade que se molda pelas contradições de um ornitorrinco econômico e social. A precarização do trabalho, a informalidade e a autoconstrução de moradias não são resquícios de um passado extinto, mas expressões concretas de um presente que opera por justaposições e exclusões. O país avança economicamente sem redistribuir riqueza ou dignidade, sustentado por uma racionalidade neoliberal que aprofunda assimetrias e fragiliza direitos (Oliveira, 2003). Quando o sol brilha em Ouro Preto e os tropeiros retomam suas atividades, assiste-se a um espetáculo belo e triste, violento e necessário – uma síntese pungente de um tempo em que passado e presente se entrelaçam não pela harmonia, mas pela persistência das contradições.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. B. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- ALCAN ALUMÍNIO DO BRASIL LTDA. **Memória viva: cinquenta anos da Alcan Alumínio do Brasil em Ouro Preto**. Ouro Preto: Alcan, 2000.
- AMORIM, O. Na trilha dos tropeiros. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 50, p. 92–97, 1964.
- AZEVEDO, P. O. PCH (Programa de Cidades Históricas): a preservação do patrimônio natural e cultural como política local e urbana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 237–256, 2016.
- BARBOSA, L. S. V.; DORNELAS, H. **Memórias de Ouro Preto**. Ouro Preto: Ufop, 1993.
- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2000.
- BRITO, D. S. **Regimes de patrimonialização no Brasil: a preservação do patrimônio cultural entre o nacional e o transnacional (anos 1960-1980)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CHUVA, M. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. 1981. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004;
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

- FONSECA, M. C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, DF, n. 2, p. III–120, 2001.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA; SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ouro Preto. Patrimônio mundial. **Boletim do Sphan-Pró-Memória**, Brasília, DF, p. 1-10, set. 1980.
- FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GAUTHEROT, M. **Ouro Preto, Ponte Seca com o Passo ao fundo**. c. 1950. Ouro Preto (MG). Coleção Marcel Gautherot. Instituto Moreira Salles. Fotografia. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/33831>. Acesso em: mar. 2024.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Brasília, DF: Iphan, 2016.
- JULIÃO, L. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141–161, 2009.
- LEVI, G. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINS, A. A. A arena do patrimônio cultural no século XX: trajetórias institucionais e o contexto brasileiro. **Plural**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 305–330, 2020.
- LOPES, M. A.; MARTINS, M. L. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. **História (São Paulo)**, v. 30, p. 332–348, 2011.
- MAGALHÃES, A. **Bens culturais do Brasil**: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- MARINI, R. M. **Ruy Mauro Marini**: dialética da dependência e outros escritos. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MASSE, D. Saudade de Ouro Preto. 1964-1969. **Vimeo**, 6 maio 2015. Disponível em: <https://vimeo.com/127067976>. Acesso em: jan. 2024.

MAYER, M. S.; CUNHA, F. L. Museu do Tropeiro de Castro: uma discussão sobre a atividade tropeira e o patrimônio cultural no Paraná. **Geografia e Pesquisa**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p. 181-198, 2019.

MENESES, U. T. B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. In: MORI, V. H. *et al.* (org.). **Patrimônio: atualizando o debate**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. p. 34-76

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIDADES HISTÓRICAS; FÓRUM NACIONAL DOS SECRETÁRIOS E DIRIGENTES ESTADUAIS DE CULTURA (orgs.). **Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Ouro Preto, MG, 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 108-122, 1987.

MOTTA, L. Sítios urbanos na redemocratização: novas demandas e caminhos para ampliação das práticas de preservação. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 28, 2020.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OURO PRETO, cidade monumento universal. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 15 out. 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Proposta para revitalização do mercado de abastecimento**. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 1981.

REVEL, J. (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

- RUBINO, S. **As fachadas da história**: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- SANT’ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: Oiti, 2014.
- SCHEU, E. **Mercado em Ouro Preto**. 1934-1936. Ouro Preto (MG). Fotografia. Coleção Weltsichten – Worldviews. Deutsche Fotothek. Disponível em: https://www.deutschefotothek.de/documents/obj/71587330/df_a_0039510. Acesso em: mar. 2024.
- SCHWARZ, R. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SECRETÁRIO do Patrimônio Histórico acha que Ouro Preto deve manter-se viva. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 set. 1980.
- SEGALA, L. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 13, p. 73-134, 2005.
- SERPA, L. F. P. **Proposta para um programa cultural da UFOP**. Ouro Preto: Ufop, 1980.
- SERPA, L. F. P. **Relatório CNRC/Pró-Memória**. Período: maio 1977 a fevereiro 1983. Brasília, DF: CNRC/Pró-Memória, 1983.
- SCIFONI, S. **O patrimônio desigual**: cidade, memória e a classe trabalhadora. 2022. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIEIRA, L. C. Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN. In: **Anais do 6º Seminário DOCOMOMO Brasil**. Niterói: DOCOMOMO Brasil, 2005. Disponível em: <https://zenodo.org/records/19072461/files/sdbro6-039.pdf>. Acesso em: mai, 2026
- ZEMELLA, M. C. **O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1990.